



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

## **Conflitos entre escola pública e escola privada e suas repercussões no cotidiano escolar do estudante da escola pública**

Sérgio Daniel Nasser

Estudante de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UFRJ

nasserdaniels@yahoo.com.br

O imaginário positivo constituído sobre a escola particular no Brasil extrapola o espaço do meio educacional. Construído geralmente em oposição à escola pública, a suposta superioridade da escola privada é difundida de forma praticamente incontestada em meios de comunicação, entre estudantes, entre professores e entre outros setores da sociedade brasileira.

O documentário “Pro dia nascer feliz”, dirigido por João Jardim, lançado em 2006, é um ótimo exemplo em que são analisadas algumas escolas públicas brasileiras, ressaltando quase sempre suas condições precárias. Em contrapartida, o filme analisa uma escola particular de excelência situada em bairro nobre de São Paulo. Está feita a falsa dicotomia: escola pública ruim X escola particular ótima. Falsa porque existem escolas públicas de qualidade, as quais não aparecem no filme. Da mesma maneira, a escola particular escolhida como “o exemplo de escola particular” está longe de representar o universo mediano das escolas particulares brasileiras.

A imprensa escrita é outro importante difusor de interpretações sobre a escola pública e a escola privada. Em recente reportagem sobre os desempenhos de estudantes em provas de medição de conhecimento um jornal popular de circulação gratuita estampou na capa: “Escola paga tem padrão da Noruega, e a pública do Azerbaijão” (DESTAK, 2010, p. 1). Mais uma vez percebe-se a propagação da superioridade da escola particular.

Mesmo entre os defensores da escola pública percebe-se a crença na qualidade da escola privada. Em recente artigo de apoio à greve de professores do estado de São Paulo, Sérgio Haddad, coordenador-geral da Ação Educativa, analisou a precarização das condições de trabalho na escola pública e afirmou que parte dos professores “mudou para as escolas particulares, que pagam mais e oferecem melhores condições de



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

trabalho” (HADDAD, 2010, p. 12). O pressuposto de que o professor possui melhores condições de trabalho e melhores salários na escola privada é altamente questionável.<sup>1</sup>

Com o intuito de desnaturalizar a construção hegemônica escola pública precária X escola privada de qualidade, investigo, através de um estudo bibliográfico, os conflitos entre interesses públicos e privados na educação brasileira, concentrando a atenção nos últimos 30 anos. O intuito dessa análise é compreender os impactos desses conflitos na educação oferecida à sociedade e, especificamente, no cotidiano escolar dos estudantes da escola pública. Para essa análise fez-se uso de uma fértil bibliografia da década de 1990, de autores que naquele momento interpretavam as transformações que ocorriam na educação brasileira e se posicionavam politicamente contra as reformas neoliberais propostas para o setor, muitas delas implementadas. Para compreender os impactos desse conflito no cotidiano dos estudantes analiso questionários aplicados a estudantes de uma escola pública e de uma escola privada da cidade do Rio de Janeiro.

Centrar a discussão nos conflitos entre público e privado não significa enquadrar a sociedade e, especialmente, a educação, de forma simplista e dicotômica. Compreendo que as relações e conflitos que regem a sociedade são mais complexos e passam por questões políticas, econômicas, sociais, culturais, regionais entre outras. Assim, é impossível focalizar os conflitos entre interesses públicos e privados sem considerar essas questões.

Outrossim, entendo que as fronteiras entre público e privado muitas vezes são “embaçadas”, pois não é incomum órgãos públicos de educação serem utilizados para interesses privados. Os Conselhos Federais e Estaduais de Educação são exemplos do poder de influência dos interesses privados em pautar a educação pública no Brasil, pois inúmeras vezes contêm entre os conselheiros representantes dos empresários que atuam na educação privada. Já na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (1961) percebe-se a transferência de competências dos detentores dos cargos

---

<sup>1</sup> Há um mito propagado na sociedade brasileira segundo o qual o professor da rede privada de educação é mais bem remunerado do que o professor da rede pública. Segundo reportagem do jornal “O Estado de São Paulo”, publicada em setembro de 2009: “O professor de ensino fundamental da rede pública do País recebe, em média, um salário 11% maior do que o da rede privada. Quando se levam em conta os benefícios previdenciários do funcionalismo público, a diferença em favor das redes municipais e estaduais sobe para 38%”. A matéria baseou-se em pesquisa realizada pela economista Kalinka Léia Becker, na Universidade de São Paulo - USP.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

executivos para os conselhos de educação. Segundo Luiz Antônio Cunha “os membros desses conselhos, nomeados livremente pelo Presidente da República e pelos governadores dos estados, eram pessoas escolhidas mediante pressão e articulação privada, menos visíveis para as forças políticas partidárias” (CUNHA, 1995, p. 12). Assim, as decisões dos conselheiros nem sempre se pautavam pelo interesse público.

O conflito explícito entre educação pública e privada remete à primeira LDB, quando grupos católicos, apoiados por donos de escolas particulares leigas, defendiam o uso de verba pública na escola privada (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2010, p. 147.). A pesquisa de Ester Buffa centra-se nesses conflitos ideológicos entre os defensores da escola pública e da escola privada no período de 1956 a 1961, momento final das discussões do projeto de Diretrizes e Bases da Educação. Nessa época, Anísio Teixeira, diretor do INEP, foi duramente atacado em discursos políticos na Câmara, conferências e imprensa pelos setores que defendiam a escola particular. Esses setores interpretavam que a defesa que Anísio Teixeira fazia da universalização e gratuidade da educação pública era uma ameaça à escola particular, principalmente aos mecanismos que garantiam verbas públicas a essas escolas. Por isso, partiram para o ataque por diversas frentes, no que foram respondidos e atacados pelos setores que defendiam a educação pública. Acusado injustamente de defender o monopólio da educação pública, Anísio Teixeira respondeu aos bispos gaúchos que o acusavam:

A atitude dos senhores bispos do Rio Grande do Sul revela-se contra a escola pública e não em defesa da escola particular, que declaram hostilizada, mas, sobre o que nada concretizam, pois, a realidade é que a escola particular longe de ser hostilizada pelo Poder Público é ajudada por ele e com verbas cada vez mais crescentes (Anísio Teixeira, 1958, apud, BUFFA, 1979, p. 32).

Grupos formados por professores, jornalistas, estudantes, intelectuais, operários, escritores e minorias religiosas organizaram diversas campanhas em defesa da escola pública. Esses grupos possuíam tendências divergentes - os liberais-idealistas, os ideais-pragmáticos e os de tendência socialista -, mas se uniram quando perceberam a ameaça que os interesses privatistas representavam à escola pública.

A primeira LDB acabou sendo votada pelo Congresso com a manutenção do repasse de verbas públicas às escolas privadas. O presidente João Goulart alterou alguns artigos, entre os quais o que passou a condicionar o repasse das verbas públicas à oferta de vagas a estudantes pobres nos estabelecimentos beneficiados. Entretanto, não



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

atendeu aos interesses dos grupos que defendiam a escola pública (BUFFA, 1979, p. 77).

Durante o regime militar a educação pública perde qualidade, embora o atendimento ao ensino fundamental tenha sido ampliado. (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2010, p. 138.) Cresce o número de vagas, através da redução da jornada escolar diária e pelo aumento do número de turnos, mas perde-se a qualidade “em razão da crescente degradação das condições de exercício do magistério e da desvalorização do professor” (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2010, p. 144.).

Luiz Antônio Cunha afirma que “a contenção do setor educacional público tem sido uma condição de sucesso do setor privado” (1995, p. 11), elegendo como marco desse processo o regime militar. No período 1964-1973 o setor educacional privado prosperou. O crescimento da classe média nos anos do “milagre econômico” criou clientes para a escola privada, os quais procuravam nessa rede prestígio social e alternativas ao ensino público que se deteriorava, devido aos interesses privados que prevaleciam nas políticas oriundas do Ministério da Educação, secretarias de educação e conselhos de educação. No entanto, a prosperidade da rede privada de educação foi ameaçada com a crise do “milagre econômico brasileiro”. Nesse período, setores da classe média migraram das escolas privadas para as escolas públicas quando seus salários foram defasados pela crise.

O conflito entre interesses públicos e privados também foi intenso na Constituição de 1988. Naquele momento, somavam-se aos grupos católicos os protestantes e, principalmente, os empresários do ensino. Esses grupos ligados aos interesses particulares:

...atacavam o ensino público, caracterizado como ineficiente e fracassado, contrastando-o com a suposta excelência da iniciativa privada, mas ocultando os mecanismos de apoio governamental à rede privada, tais como imunidade fiscal sobre bens, serviços e rendas, garantia de pagamento das mensalidades escolares e bolsas de estudo. Esses mecanismos mantiveram-se mesmo após a promulgação da Constituição Federal de 1988 (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2010, p. 148.).

Portanto, a constituição de 1988 manteve os privilégios que garantiram a ampliação e prosperidade de redes de ensino particular no Brasil. Além dos mecanismos



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

de apoio citados acima<sup>2</sup>, devemos ressaltar ainda a criação de “uma espécie de reserva de mercado educacional” garantida pela ausência de políticas públicas na “criação e/ou ampliação de escola” (CUNHA, 1995, p. 14).

Esses conflitos se intensificam na década de 1990. Tomáz Tadeu da Silva aponta como a propaganda liberal do início da década de 1990 atacava a política de intervenção estatal e a esfera pública atribuindo-lhes “todos os males sociais e econômicos” vivenciados na época. Em contrapartida, atribuía à iniciativa privada as virtudes necessárias à solução dos problemas detectados. Esse discurso adotava, assim, uma perspectiva maniqueísta para a construção hegemônica “liberal/empresarial/capitalista”, na qual o “campo bom” associava-se ao capitalismo, à iniciativa privada, aos empresários e à sua suposta eficiência e produtividade e o “campo ruim” associava-se à intervenção do Estado, aos movimentos sociais, aos funcionários públicos e à sua suposta ineficiência e desperdício. (SILVA, 1994, p. 13)

Na lógica apresentada a educação pública também era desqualificada. A educação teria um papel fundamental no projeto neoliberal. Primeiro, seria atrelada “aos objetivos estreitos da preparação para o local de trabalho” (SILVA, 1994, p. 13). Depois, seria um meio de transmissão dos valores apregoados pelo livre mercado. O próprio currículo deveria ser alterado para “preparar os estudantes para aceitar os postulados do credo liberal” (Idem, Ibidem).

A concepção neoliberal de educação carrega uma leitura simplista ao reduzir os objetivos da formação dos estudantes às necessidades do mercado. Nas palavras de Paulo Freire essa ideologia fatalista defende que “só há uma saída para a prática educativa: adaptar o educando a esta realidade que não pode ser mudada”. Assim, ainda segundo Freire, a educação nessa lógica consistiria no “treino técnico indispensável à adaptação do educando, à sua sobrevivência” (FREIRE, 1996, p. 20).

É interessante notar que a concepção de educação neoliberal parte de uma concepção histórica fatalista. Como resposta a essa concepção Freire adverte sobre a importância de “reconhecer que somos seres “condicionados” mas não “determinados”. Reconhecer que a História é tempo de possibilidade e não de “determinismo”, que o

---

<sup>2</sup> Sobre os problemas referentes ao repasse de verbas públicas para a escola particular ver: OLIVERIA, Romualdo Portela de. O financiamento público da educação e seus problemas. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de (Org.). **Política educacional: impasses e alternativas**. São Paulo: Cortez, 1995, p. 123-144.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

futuro, permita-se-me reiterar, é “problemático” e não inexorável” (FREIRE, 1996, p. 19).

Nesse sentido, cabe questionar qual tipo de sujeitos estarão sendo formados nessa lógica? Mais ainda, que tipo de sociedade está sendo proposta e construída? Quais valores são difundidos em nas escolas? Em que se baseiam os critérios de eficiência ou ineficiência de um determinado modelo educacional? Essas são questões importantes em tempos de hegemonia neoliberal no campo educacional. Noções como cidadania, direitos, coletividade, igualdade, espaço público e democracia disputam espaço com noções como competitividade, mercado, individualismo e consumo.

Silva salientava na década de 1990 que a condenação da escola pelos neoliberais pautava-se nas “necessidades de competitividade e lucro das empresas” e não nas “necessidades das pessoas e dos grupos sociais” mais atingidos pelas desigualdades sociais (1994, p.25).

Nesse sentido, cabe salientar a incapacidade do “mercado” em atender democraticamente áreas de interesses essenciais para toda a população, como saúde, moradia e educação, justamente por concebê-las na lógica do lucro, incompatível com a lógica dos direitos sociais. Gaudêncio Frigotto afirma que: “Direitos não são mercantilizáveis. O desmonte do Estado nessas áreas significa desmonte de direitos” (1994, p. 80).

A educação passava, assim, a ser proposta na lógica de mercado pelos grupos que defendem os interesses privados, retirando-a do campo da “discussão pública e coletiva” (Silva, 1994, p. 18). Os problemas diagnosticados da educação pública são retirados do campo político e social e passam a ser encarados como questões técnicas. Para resolvê-los surge a noção de “qualidade total” na educação, a qual o autor remonta ao “tecnicismo educacional” presente nos projetos educacionais da ditadura militar (SILVA, 1994, p. 16/17)<sup>3</sup>.

Segundo Silva:

a situação desesperadora enfrentada cotidianamente em nossas escolas por professoras/es e estudantes é vista como resultado de uma má gestão e desperdício de recurso por parte dos poderes públicos, como falta de produtividade e esforço por parte de professores/as e administradores/as

---

<sup>3</sup> SILVA (1994, p. 17) salienta o cuidado com a aproximação entre *qualidade total* e *tecnicismo educacional*, pois o contexto social, econômico e político são distintos, portanto a crítica deve adotar ações específicas para cada caso.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

educacionais, como consequência de métodos “atrasados” e ineficientes de ensino e de currículos inadequados e anacrônicos (1994, p. 18/19).

O autor discorda da explicação liberal sobre os motivos do fracasso da educação pública e, conseqüentemente, das soluções propostas, ressaltando as relações de poder presentes na sociedade. Dessa maneira, o êxito das escolas privadas em comparação às públicas, postulado pelo pensamento liberal, se deve ao fato daquelas serem financiadas por um grupo socialmente privilegiado em termos econômicos e de poder, além da vantagem do “capital cultural inicial”, resultante também de relações de poder, presentes no público atendido por essas escolas. (Silva, 1994, p.20)

Darcy Ribeiro oferece no livro “Nossa escola é uma calamidade” importante interpretação sobre o baixo rendimento das crianças nas escolas públicas. O autor, na época vice-governador do estado do Rio de Janeiro, condena as baixas jornadas diárias de aula oferecidas aos alunos nas escolas de turno único, a qual vitima a criança pobre que só conta “com a escola para aprender alguma coisa” (p. 52). Tal modelo funciona somente para “as crianças das classes abonadas que têm em casa quem estude com ela, algumas horas extras, enfrentando galhardamente esse regime” (RIBEIRO, 1984, p. 52.).

Nesse sentido, faz-se necessário problematizar o campo da educação como espaço de conflito político, onde competem diferentes e antagônicas concepções de mundo e diferentes interesses dos diversos grupos que compõem a sociedade. Pensar a educação a partir dos conflitos da sociedade contemporânea significa explicitar as disputas entre diferentes sujeitos sociais. Assim, interpretar os problemas educacionais como questões meramente técnicas faz parte de uma concepção política pertencente a determinada visão de mundo que luta por legitimar os projetos de sociedade, e de educação, de grupos sociais específicos.

A construção de uma rede pública de educação para todos, gratuita e de qualidade, não é um anseio de todos os setores que compõe a sociedade. Existem setores que se beneficiam da precariedade da educação pública, já que lucram com os serviços oferecidos na educação particular. Aos grupos econômicos ligados ao setor da educação, uma escola pública desqualificada e precária significa aumento do mercado e, portanto, aumento dos lucros, pois mais alunos poderão atender. Também lucram com a



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

venda de materiais didáticos para órgãos governamentais e com a venda de projetos que prometem resolver os problemas de analfabetismo.<sup>4</sup>

Retornando às críticas à educação pública proferidas com base na concepção neoliberal, Mariano Fernández Enguita demonstra como a noção de qualidade na educação “se deslocou dos recursos” destinados à educação para a “eficácia do processo”. (1994, p.98) Enquanto o primeiro, comum no Estado de Bem-Estar, pautava-se na medição do gasto público dedicado à educação, número de aluno por professor, nível salarial do professor, duração da formação, etc, o segundo esforçava em “conseguir o máximo resultado com o mínimo de custo” (1994, p.98).

Atualmente são corriqueiras as avaliações educacionais baseadas, sobretudo, em resultados numéricos de medição do conhecimento dos alunos, sem questionar-se profundamente sobre a forma como esses resultados são atingidos. Pablo A. A. Gentili faz importante análise sobre as concepções arraigadas nos propagados sistemas de avaliações propostos para a educação na década de 1990:

Some-se a isto o ranking público (os outros são de circulação restrita) contendo as vinte melhores escolas primárias e as dez melhores secundárias. Esta particular modalidade de hierarquização do sistema educacional, inscrita no que caracterizamos em outro estudo como a ideologia das “pedagogias *fast food*”, inspira-se em três concepções que compartilham a escola tradicional e os modernos *Mc Donald's*: a noção de mérito, a função exemplificadora do quadro de honra e a filosofia do “você pertence à equipe dos campeões”. (GENTILI, 1994, p. 151)

O autor destaca que nesse sistema de avaliação das escolas, adotado da lógica empresarial, a medição deixa de ser um meio para detectar problemas, e posteriormente corrigi-los, e passa a ser um fim. (p. 153) Assim, pouco se questiona sobre as concepções de mundo inerentes à formação oferecida aos estudantes e sobre que tipo de sujeito está sendo socialmente formado.

---

<sup>4</sup> A rede municipal de educação do Rio de Janeiro tem intensificado os projetos oferecidos por ONGs e setores privados, como o projeto “Fórmula da Vitória” em parceria com o Instituto Ayrton Senna e o projeto “Autonomia Carioca” em parceria com a Fundação Roberto Marinho. Esses projetos consistem na formação de turmas ocupadas por alunos analfabetos funcionais ou alunos com idade defasada em relação à série que se encontram. Durante um ano esses alunos deixam de ter aulas nas suas séries originais e passam a frequentar as aulas dos projetos, cujos materiais e concepções são formulados por fundações privadas sem a participação dos professores da rede. A necessidade de atuação específica sobre os analfabetos funcionais presentes em praticamente todas as escolas da rede municipal do Rio de Janeiro é legítima e urgente, entretanto, a forma de atuação adotada via projetos impostos verticalmente é altamente questionável.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Parece que parte da propaganda que atualmente ainda sustenta a eficácia da escola privada, alçando-a como modelo de escola, baseia-se justamente nessa lógica numérica de medição da qualidade educacional, cujo coroamento seria a quantidade de alunos bem sucedidos nos vestibulares.

É comum, portanto, atualmente essa mesma lógica pautar as políticas formuladas para a escola pública. A difusão da escola privada como referência de educação de qualidade faz dela um modelo para questionar a educação pública oferecida. Assim, a educação privada passou também a pautar as demandas da educação pública, difundindo, muitas vezes com eficiência, determinadas concepções de educação.

Pautar as políticas da escola pública baseando-se na lógica que garante prestígio às escolas privadas significa optar por uma formação que, se é eficaz para passar no vestibular, pode ser altamente contestável em termos de formação para as relações vivenciadas socialmente. O próprio ritmo impresso em tarefas repetitivas de muitas escolas privadas é incompatível com a reflexão sobre o que está sendo feito em sala de aula (SILVA & ANTONACCI, 1989/1990, p. 15).

Ainda sobre essa questão Pablo A. A. Gentili também aponta como os debates na área educacional se transformaram na década de 1980 para a década de 1990, passando da discussão sobre a democratização da educação para uma noção de qualidade da educação muito próxima da discussão estabelecida em âmbito empresarial (GENTILI, 1994, p. 126). Por isso o autor critica os critérios de avaliação da educação pautados na lógica produtivista e mercantil, a qual tem uma hegemonia conservadora a partir da década de 1990.

Outra forte influência sobre a escola pública baseada no suposto modelo bem sucedido que rege a escola particular são os “pacotes pedagógicos” vendidos por órgãos privados às secretárias de educação.

A rede pública de ensino da prefeitura do Rio de Janeiro vivencia atualmente um processo de implantação de diversos projetos impostos às escolas sem nenhum espaço de discussão para os professores. Esses projetos, elaborados por fundações privadas, chegam às escolas com um formato definido. O professor “ministra” suas aulas a partir de concepções teóricas e metodológicas previamente delimitadas pelos “pacotes”



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

didáticos dessas fundações.<sup>5</sup> O que deve ser ensinado, como deve ser ensinado e em quanto tempo deve ser ensinado são definidos a priori nos manuais didáticos e nos cursos de “capacitação” oferecidos aos professores, que não participam dessa escolha. O professor é chamado nesses projetos de mediador, termo que revela a margem restrita de autonomia do professor nesse tipo de pedagogia.

A pesquisa de Cláudia Barbosa Santana Mirandola sobre a contratação de uma empresa privada em 2005 para fornecer suporte pedagógico às escolas públicas do município de Poá-SP esclarece diversos problemas dessa relação. A empresa contratada tinha como função oferecer material didático aos estudantes, com conteúdos e metodologias pré-definidos. A definição do programa de cada disciplina cabia a um professor especialista contratado pela empresa (MIRANDOLA, 2010, p. 56), portanto externo às escolas daquele município. Os professores da rede pública foram apenas informados de que a empresa prestaria serviço ao município. Cabe salientar ainda, segundo a autora, que o material produzido pela empresa, por não ser distribuído pelo MEC, não era avaliado tecnicamente como ocorre com os livros do Programa Nacional do Livro Didático - PNLD (MIRANDOLA, 2010, p. 57).

Gaudêncio Frigotto apontava já na década de 1990 para o problema dessas fundações na educação pública, pois as concepções que orientam essas práticas pedagógicas não são discutidas publicamente. Assim, o autor falava da necessidade da sociedade se informar “sobre o tipo de formação que se efetiva em instituições educacionais da Fundação Bradesco, Banco do Brasil, ou em programas educativos da Rede Globo”. Naquele período o autor fazia questionamentos que ainda hoje são pertinentes, pois permanecem obscuros na política implementada pela atual gestão da Secretaria de Educação da cidade do Rio de Janeiro e por outras redes públicas de educação: “Quem define a filosofia desses programas? Qual o custo? De onde são tirados esses recursos? Quem presta conta a quem? Quem é atendido e quantos?” (1994, p. 85)

Para entender como os estudantes das redes pública e privada de educação do município do Rio de Janeiro interpretam os estabelecimentos de ensino pertencentes a

---

<sup>5</sup> Outro problema sério nesses projetos é que professores formados em uma área do conhecimento “ministra” aulas de outras áreas do conhecimento. Assim, o professor de História dá aula de Matemática, Ciências, Língua Portuguesa entre outras.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

essas redes aplicou-se questionários a estudantes do oitavo ano de uma escola pública e de uma escola privada da cidade do Rio de Janeiro. Foram aplicados 23 questionários em cada escola. Na escola privada responderam o questionário alunos de uma turma de oitavo ano. Na escola pública responderam alunos de duas turmas de oitavo ano.

A escolha de uma escola pública e outra privada foi para atender os objetivos dessa pesquisa, por entender que os alunos dessas escolas provavelmente possuíam diferentes interpretações sobre as questões propostas no questionário.

A escola pública pertence à rede municipal do Rio de Janeiro. Localiza-se no bairro de Copacabana e atende prioritariamente ao segundo segmento do ensino fundamental – sexto ao nono ano -, além de possuir uma turma de quinto ano. Essa escola possui cerca de setecentos estudantes e funciona em dois turnos – manhã e tarde.

Os alunos de oitavo ano dessa escola que responderam os questionários estão na faixa etária de 14 a 16 anos. Representam um grupo heterogêneo, geralmente das classes populares e de classe média, oriundo de diversos locais da cidade, inclusive de municípios vizinhos: Copacabana, Cantagalo, Pilar-Duque de Caxias, São João, Morro dos Cabritos, Engenho Novo, Ladeira dos Tabajaras, Vidigal, Jacarepaguá, São Cristóvão, Leme e Botafogo. Os que moram próximo vão à escola a pé, os outros geralmente usam os transportes públicos – ônibus e metrô -, sendo que esse serviço é gratuito por lei aos alunos da escola pública do Rio de Janeiro.

A escola privada escolhida situa-se na cidade do Rio de Janeiro. Localiza-se dentro de um condomínio na Avenida das Américas, entre os bairros Recreio e Barra da Tijuca. Atua da pré-escola ao ensino médio atendendo cerca de trezentos alunos em dois turnos – manhã e tarde.

Os alunos do oitavo ano dessa escola que responderam o questionário possuem entre 13 e 16 anos. Representam um grupo mais homogêneo se comparado aos alunos da escola pública, geralmente de classes médias e abastadas, sendo alguns poucos alunos bolsistas. Moram em apenas três locais da cidade, situados próximos à escola: Barra da Tijuca e Recreio, prioritariamente, além de Vargem Pequena. Os que residem nos condomínios vizinhos vão à escola a pé, já os que moram mais distante geralmente são levados de carro pelos pais ou pegam carona com os pais de colegas. A escola



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

também oferece um serviço de ônibus que busca e leva os alunos diariamente. Alguns poucos alunos vão e/ou retornam da aula de ônibus público.

Com o intuito de conhecer a visão que os estudantes possuem da educação brasileira foi perguntado qual opinião possuíam da escola pública. Nesse aspecto percebemos uma diferença acentuada entre as interpretações dos estudantes das duas redes de ensino.

Entre os estudantes da rede privada 75% dos que responderam à pergunta qualificam a escola pública de maneira negativa. Os outros 25% que responderam a qualificam de maneira positiva. Dois estudantes não souberam ou não quiseram responder.

Antes de analisar as respostas convém constatar que cerca de um terço dos estudantes nunca estudou e não conhece alguém que estude em escola pública. Os outros dois terços conhecem alguém que estuda em escola pública, mas nunca estudaram em escola pública. Esses dados revelam que nenhuma resposta baseia-se em experiência própria nas escolas públicas. São respostas pautadas nas experiências de conhecidos e nas informações que chegam por diversos meios a esses estudantes sobre a escola pública.

As interpretações negativas dos estudantes referentes à escola pública explicitam que: o ensino é ruim, ela é pior que a particular, é uma escola com pouca atenção, falta controle dos professores, os recursos são ruins, os alunos são bagunceiros e há muitos marginais. O estudante Marcelo da escola particular ressalta ainda “que como não tem muito dinheiro muitos professores não são pagos e faltam, e o ensino é fraco”. Na fala destacada do estudante está implícita a ideia de que os professores da escola particular vivenciam relações de trabalho mais satisfatórias do que as vivenciadas pelos professores da escola pública. Observa-se nas respostas destacadas a presença de estereótipos que circulam em diversos setores da sociedade brasileira.

Outra associação recorrente nas respostas foi da escola pública como espaço freqüentado por pobres. O estudante Alberto da escola particular diz que a escola pública é a “escola para dar ensino a pessoas que não tem capacidade de pagar escola privada”. É interessante notar, portanto, que os estudantes da escola particular não enxergam a escola pública como uma política pública destinada e acessível também a



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

eles. Isso revela que grande parte da classe média brasileira naturalizou a ideia de pagar pelos serviços de educação. Em outras palavras, setores consideráveis da população brasileira deixaram de pautar os serviços públicos de educação para seu uso.

Sem dúvida, essa constatação aponta para o enfraquecimento das pressões da sociedade por uma educação pública de qualidade. Nesse sentido, a resposta do estudante Roberto da escola particular é também reveladora ao afirmar que: “o público não paga e privado tem que pagar imposto mensalmente”. A afirmação do estudante suscita questões importantes para a reflexão. A utilização da palavra “imposto” para referir-se às mensalidades dos serviços oferecidos pela iniciativa privada sugere certa confusão entre o público e o privado. Entretanto, indica também que serviços como educação, saúde entre outros são tão essenciais e indispensáveis que os setores que deixaram de usar alguns serviços públicos para utilizar serviços privados estariam pagando uma espécie de imposto – um gasto pré-determinado por mês abatido do orçamento familiar - pelos serviços oferecidos pela iniciativa privada<sup>6</sup>. Porém, a resposta de Roberto pode apontar também para uma noção estreita do público, pois ao dizer que este “não paga”, não percebe que os serviços públicos são constituídos a partir de impostos e contribuições pagos pela população. O problema dessa compreensão seria associar o público mais a favores para as pessoas do que a direito de todos.

Entre as respostas positivas destaca-se a noção de que a escola pública ajuda pessoas pobres com poucas condições, não é paga, possui bons professores e muitas pessoas boas e é uma escola normal e adequada.

Já os estudantes da escola pública interpretam essa escola de maneira significativamente diferente. Cerca de 53,5% das respostas atribuem qualidades positivas e cerca de 46,5% negativas. Três não responderam. Portanto, apesar de dividido, mais da metade das respostas vêem a escola pública de forma positiva. Vale destacar que essas respostas, apesar de todas as influências que sofrem, baseiam-se em experiência concreta nesses espaços. A maioria das respostas não vê o ensino prestado como ruim. Apesar disso, muitos dizem que a escola precisa melhorar.

O número de estudantes que associam a escola pública a escola para pobres é menor. O estudante Pedro da escola pública afirma: “eu gosto da escola pública por que

---

<sup>6</sup> Vale ressaltar que parte do valor pago em serviços como educação e saúde é deduzida do imposto de renda das famílias.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

é um lugar onde todos os tipos de pessoas pode aprender e ensina. Não importa se é rico ou pobre, velho ou novo”. O trecho acima apresenta uma noção ampliada da escola pública, cujo atendimento deve ser universal.

As interpretações positivas ressaltam a boa relação com os colegas, as boas pessoas, sala de aula com poucos alunos, professores que ensinam bem, o bom ensino, a aprendizagem de coisas diferentes e o atendimento a todos. Essas interpretações expõem o valor atribuído à escola pública por grande parte dos estudantes que responderam as questões.

Entre as interpretações negativas ressaltam que a escola precisa melhorar, o ensino fraco, a falta de materiais, o pouco tempo de aula, os professores que não querem nada, a falta de professores, os estudantes que não prestam atenção, não estudam e não respeitam a escola. Nesse conjunto de respostas percebe-se certo grau de crítica em relação à educação oferecida pela prefeitura do Rio, à postura de alguns professores e de alguns colegas. Alguns estudantes percebem ainda que a rede pública não é homogênea, destacando que ela possui escolas boas e ruins.

As visões dos estudantes de ambas as redes são menos divergentes quando expressam suas opiniões sobre a escola particular. Entre os estudantes da escola privada 94,5% atribuem características positivas à escola particular. Dois não souberam responder. Somente um estudante critica as regras exageradas dessa instituição. Entre as interpretações positivas destacam-se o bom ensino e a estrutura, além de ser freqüentada por pessoas legais e de famílias instruídas, ser mais organizada, mais confortável, em tempo integral, mais segura, e ter mais recursos e condução.

O estudante Alberto da escola particular destaca que a escola privada “tem pessoas com a mesma classe social que você mas o ensino é o mesmo”. O estudante percebe que a grande distinção entre as diferentes escolas seria a de classe social, não o propagado ensino de qualidade da escola particular em detrimento da pública. Resposta semelhante foi produzida pela estudante Patrícia da escola pública ao afirmar que a escola particular “é quase a mesma coisa que a pública só o que muda é as classes sociais”.

O estudante Davi da escola pública também não diferencia o ensino das duas escolas ao dizer que a escola particular “não é ruim não! O uniforme é bem melhor, mas



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

o resto é quase a mesma coisa que a escola pública”. O destaque do uniforme é significativo para essa discussão, já que a vestimenta é uma forma de demonstração de status social, portanto de distinção social. Nesse sentido, é interessante a atitude comum entre os estudantes da escola pública pesquisada de criticar e expressar vergonha de usar o uniforme e outros acessórios identificados com os símbolos da rede pública municipal do Rio de Janeiro. Tal posicionamento provavelmente explica-se pelo fato do uniforme ao identificar a escola pública, identifica também a classe social dos que o vestem, pois como vimos é recorrente a associação escola pública/pobres. Da mesma maneira, o uniforme da escola particular significaria para o aluno o reconhecimento de pertencimento a outra classe social.

Para os estudantes da escola pública a visão positiva da escola privada é menos enfática, mas predominante. Cerca de 73,7% atribuem qualidades positivas à escola pública e 26,3% atribuem qualidades negativas. Três não responderam a pergunta.

Convém anotar que aproximadamente 15,8% desses estudantes nunca estudaram em escola particular, 36,8% conhecem alguém que estuda na escola particular e 47,4% já estudaram na escola particular. Então, quase metade das respostas baseia-se em experiências vivenciadas diretamente pelos estudantes.

A grande maioria dos estudantes destaca o bom ensino como principal qualidade da escola particular. Além disso, destacam a existência de mais regras, a maior rigorosidade e a ausência de brigas.

O estudante Arnaldo afirma que as escolas privadas “são consideradas as melhores, pois com o custo que geralmente é alto eles conseguem contratar as pessoas mais qualificadas (com mais experiência)”. A afirmação revela uma interpretação equivocada se atentarmos para as condições de trabalho e os salários dos professores da escola privada e da escola pública. Porém, essa é uma visão bastante difundida na sociedade brasileira.

Entre as críticas negativas ressaltam o fato de ser uma escola autoritária e com falta de professores. Destaca-se ainda o gasto elevado para estudar nessa escola e os livros caros. Sobre o público da escola particular reclamam das pessoas de classe alta que querem “passar por cima”.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

A resposta do estudante Lucas caracteriza a escola privada como “muito difícil, porque o estudo é muito forçado”. Esse estudante, que nunca estudou na escola particular e nem conhece alguém que estuda, carrega uma visão negativa, porém idealizada do ensino oferecido por essas instituições. O estudante se posiciona de maneira inferiorizada quando compara sua experiência bem sucedida na escola pública com um suposto fracasso que teria na escola privada. A interpretação de Lucas provavelmente é influenciada pelo imaginário social que qualifica e valoriza a escola particular em detrimento da escola pública. Por estudar numa escola recorrentemente relacionada à baixa qualidade esse estudante interpreta que não seria capaz de obter êxito na escola particular.

O conjunto de respostas dos estudantes apontou para afinidades e divergências de concepções sobre a escola pública e a escola privada. As respostas revelam que o tema da educação é permeado de conflitos que são percebidos entre os próprios estudantes das escolas públicas e privadas. Se por um lado prevaleceu, ainda que com contundentes questionamentos, a crença na suposta superioridade da educação privada, por outro os estudantes reconhecem a importância e a necessidade da construção de uma escola pública de qualidade.

No processo de enxugamento do Estado das últimas décadas muitas famílias de classe média e abastadas passaram a matricular seus filhos nas escolas privadas que proliferavam, ocupando um lugar em que o Estado se ausentava. Nesse mesmo período difundia-se a ideia da escola particular como referência de educação de qualidade. Apesar dessa ideia ser bastante equivocada muitos gestores públicos referenciam-se no modelo das escolas privadas suas políticas para a educação pública. Esse talvez seja um grande nó da educação brasileira hoje. Como romper com essa ideologia presente na educação brasileira contemporânea?

Não faz sentido a crítica à escola pública tendo por referência a escola privada, pois não existe um só modelo de escola pública e nem de escola privada. Se existem escolas privadas de excelência, geralmente restritas a uma camada ainda mais privilegiada da sociedade brasileira, existem também escolas privadas que oferecem ensino de péssima qualidade. O mesmo ocorre com a escola pública em que há redes melhores estruturadas que outras, ou mesmo escolas dentro de uma mesma rede que



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

oferecem condições de ensino e aprendizagem melhor que outras. Portanto, a dicotomia escola pública ruim e escola privada de qualidade não faz sentido e atrapalha as análises sobre a educação brasileira.

Portanto, criticamos a educação pública a partir da compreensão de que esta é um “patrimônio da sociedade brasileira” constituído por recursos humanos e rede física construída por todo o país ao longo de muito tempo por diversas gerações (VIEIRA, 1995, p. 42). Nesse sentido, quaisquer críticas e soluções apresentadas devem basear-se num modelo de educação gratuito e de qualidade para todos os brasileiros, inclusive para aqueles que hoje pagam mensalidades para os empresários da educação.

## Referências Bibliográficas

BUFFA, Ester. *Ideologias em conflito: escola pública e escola privada*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

CUNHA, Luiz Antônio. Educação pública: os limites do estatal e do privado. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de (Org.). *Política educacional: impasses e alternativas*. São Paulo: Cortez, 1995, p. 11-26.

ENGUITA, Mariano Fernández. O discurso da qualidade e a qualidade do discurso. In: SILVA, Tomás Tadeu da & GENTILI, Pablo A. A. (Orgs). *Neoliberalismo, qualidade total e educação*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1994, p. 93-110.

ESCOLA paga tem padrão da Noruega, e a pública do Azerbaijão. *DESTAK*. Rio de Janeiro: 08/12/2010, p. 1.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática. In: SILVA, Tomás Tadeu da & GENTILI, Pablo A. A. (Orgs). *Neoliberalismo, qualidade total e educação*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1994, pp. 31-92.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

GENTILI, Pablo A. A. O discurso da “qualidade” como nova retórica conservadora no campo educacional. In: SILVA, Tomáz Tadeu da & GENTILI, Pablo A. A. (Orgs). *Neoliberalismo, qualidade total e educação*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1994, pp. 93-110.

HADDAD, Sérgio. A greve dos professores e a política do mérito. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo, maio/2010, ano 3, n 34: pp. 12-13.

LIBÂNEO, José Carlos *et alii*. *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. São Paulo: Cortez, 2010.

MIRANDOLA, Cláudia Barbosa Santana. *A contratação de uma empresa privada de ensino pela rede pública de Poá-SP (2005-2008): a voz dos professores do ensino fundamental I*. Dissertação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2010, 161 fls.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. In: *Educação e Sociedade: revista de ciência da educação*. Campinas, 2004, vol. 25, n. 89: pp. 1127- 1144.

RIBEIRO, Darcy. *Nossa escola é uma calamidade*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A “nova”direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia. In: SILVA, Tomáz Tadeu da & GENTILI, Pablo A. A. (Orgs). *Neoliberalismo, qualidade total e educação*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1994, pp. 9-30.

VIEIRA, Sofia Lerche. Neoliberalismo, privatização e educação no Brasil. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de (Org.). *Política educacional: impasses e alternativas*. São Paulo: Cortez, 1995, pp. 27-55.